

LEVANTAMENTO DOS COLETIVOS DE ESTUDANTES NEGROS/AS UNIVERSITÁRIOS/AS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2014 - 2020)

*SURVEY OF COLLECTIVES OF BLACK STUDENTS AT THE PUBLIC
UNIVERSITIES OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO (2014 – 2020)*

Lia Keller Ferreira da Costa **1**


Resumo: As universidades públicas tem sido ocupadas pelos Movimentos Negros, tornando-se cenário de lutas por processos de formação profissional e de produção científica que estejam permeados dos saberes da população negra. Os Coletivos de Estudantes Negros/as Universitários/as, herdeiros desses Movimentos, são núcleos que promovem processos educativos próprios no interior das universidades. Buscamos, neste artigo, apresentar um levantamento dos Coletivos de Estudantes Negros/as de todas as universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, instituídos entre 2014 e 2020. A pesquisa utilizou páginas do Facebook e questionário do Google Forms para identificar quantos grupos existem, quais os seus nomes, anos de surgimento, instituições em que estão situados e ações desenvolvidas. Nosso objetivo foi apresentar um panorama da presença dos Coletivos Negros nas universidades, destacando o volume com que emergiram esses grupos na última década e como têm contribuído para o processo de enfrentamento ao racismo epistemológico.

Palavras-chave: Coletivos Negros. Movimentos Negros. Racismo Epistemológico.

Abstract: Public universities have been occupied by the Black Movements, becoming the scene of struggles for processes of professional training and scientific production that are permeated with the knowledge of the black population. The Collectives of Black Students, heirs of these Movements, are nuclei that promote their own educational processes within universities. We seek, in this article, to present a survey of the Collectives of Black Students from all public universities in the State of Rio de Janeiro, instituted between 2014 and 2020. The research used Facebook pages and a Google Forms to identify how many groups there are, what are their names, years of emergence, institutions in which they are located and actions taken. Our objective was to present an overview of the presence these Collectives, highlighting the volume with which these groups emerged in the last decade and how they have contributed to the process of confronting epistemological racism.

Keywords: Black collectives. Black Movements. Epistemological racism.

1 Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0112785402440015>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7988-2971>. E-mail: liakfc@gmail.com



Introdução

Nos últimos anos, assistimos a uma profunda mobilização de coletividades negras nas universidades. Participamos ativamente desse processo quando, ainda em 2014, instituímos o Coletivo Negro Mercedes Baptista na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Naquele momento, essa iniciativa parecia existir quase isolada. No entanto, pouco tempo depois, inúmeros Coletivos Negros emergiram em diferentes instituições, em um volume extraordinário. Desde então, passamos a seguir com atenção ao movimento que se desenvolvia.

Os Coletivos Negros tem sido objeto de estudo de autores como Caixeta (2016), Costa (2021), Oliveira (2019), Guimarães, Rios e Sotero (2020), Dorali e Ferreira (2018), Trindade (2021), Rizzo e Fonseca (2022). Os trabalhos permitem observar que esses núcleos são ferramentas importantes para a propagação dos saberes desautorizados do processo de produção de conhecimento acadêmico. Afinal, produzem e divulgam reflexões, experiências, dados, conceituações de pessoas negras, centralizando-os nas pesquisas científicas, nas práticas acadêmicas e reflexões sociais. Além disso, trazem o afeto, a territorialidade, a comunhão existencial, a convivência política, o ativismo social, a ancestralidade, legados históricos e filosóficos deixados por pessoas negras, enquanto valores e paradigmas que direcionam suas ações e caracterizam suas presenças nas universidades.

Essas reflexões nos instigaram o desejo de mensurar a dimensão em que existem essas iniciativas. Considerando a importância dos Coletivos Negros, nos interessamos em conhecer o alcance dessas presenças. Afinal, quantos Coletivos Negros existem? Em que universidades é possível encontrá-los? Quais os seus nomes? Quando foram instituídos? O que fazem nessas instituições? Em torno das respostas a essas perguntas que esse artigo se organiza.

Compartilhamos, para isso, os resultados de uma investigação¹ que realizamos entre os anos de 2019 e 2020, que se dedicou à coleta dessas informações sobre os Coletivos Negros. Para viabilizar a pesquisa, escolhemos nos concentrar a princípio nos Coletivos Negros das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. Afinal, era nesse panorama em que já estávamos inseridas, facilitando o acesso às fontes de estudo. Os dados levantados foram organizados na Tabela 1 [☐](#) Levantamento dos coletivos negros das universidades públicas do estado do Rio de Janeiro.

À luz das conceituações teóricas de Almeida (2019) e Rufino (2019), com sua argumentação sobre o impacto do racismo presente nas instituições educacionais brasileiras, e de Carneiro (2005) com sua análise sobre a relação entre conhecimento e poder, que teceremos ao longo do trabalho nossas considerações sobre a importância desses Coletivos Negros e o volume com que emergiram.

Diante do longo histórico de luta dos Movimentos Negros pela ocupação dos territórios do saber, realizamos, também, uma breve recomposição histórica, que explica a emergência de Coletivos Negros universitários em um volume nunca anteriormente assistido, especialmente a partir de 2014. São os trabalhos de Ratts (2011), Oliveira (2019), Simões (2018) e Calil (2013) que nos ajudarão a situar o contexto único que explicará a efervescência da instituição dessas organizações nas universidades.

Por fim, ainda sobre o espraiamento dessas iniciativas, discutiremos sobre uma das ações mais proeminentes dos Coletivos Negros, de acordo com o nosso levantamento: a formação complementar. A realização de seminários, rodas de conversas, palestras e grupos de estudos no chamam a atenção para o papel fundamental dos Coletivos Negros na luta contra o racismo epistemológico. A este fato, entrelaçamos as considerações de Gomes (2017) sobre o movimento negro educador, na medida em que preconiza o quanto a Educação, as Humanidades, os currículos e as práticas pedagógicas têm a aprender com essas organizações.

São esses caminhos reflexivos que percorremos para que mais dados sobre os Coletivos Negros sejam divulgados, favorecendo tanto a continuidade da discussão sobre as contribuições dessas iniciativas, como fortalecendo a produção de estudos que apresentem olhares ampliados sobre essas organizações.

¹ Pesquisa de dissertação de mestrado, defendida em 2021, junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), no Rio de Janeiro.

Metodologia

O processo de levantamento de dados sobre os Coletivos Negros se iniciou com uma revisão de literatura, teses, dissertações e artigos que discutem a temática. No entanto, a exemplo dos estudos de Doralí e Ferreira (2018), Trindade (2021), Rizzo e Fonseca (2022), os trabalhos que encontramos estão dedicados em abordar de forma mais direcionada a experiência de algum Coletivo Negro.

O que nós desejamos é tecer um panorama que nos permita dimensionar essas experiências - uma visão expandida. Sendo assim, para ampliar a visão sobre os Coletivos Negros, identificar outros Coletivos Negros não mencionados na literatura, mensurar quantos existem nas instituições públicas do Estado do Rio de Janeiro, quais são essas instituições, os nomes dos Coletivos, datas de surgimento e suas agendas de ação, seguimos o levantamento a partir da netnografia (KOZINETS, 2014). Essa metodologia é uma espécie de etnografia que propõe o uso das redes sociais como ferramenta de contato com o campo de pesquisa.

A escolha metodológica se deu pela experiência da pesquisadora no campo, onde percebeu como as redes sociais foram um importante espaço de mobilização dos Coletivos Negros². Dentre as redes sociais, o *Facebook* se destacou, no momento em que iniciamos a pesquisa, como a mais proeminente. Por isso, as páginas³ do *Facebook* dos Coletivos Negros, as postagens, declarações e informações ali presentes foram a fonte principal de levantamento de dados.

De forma complementar, utilizamos um questionário quanti-qualitativo, construído no *Google Forms* e aplicado junto a integrantes desses grupos⁴ através da técnica de amostragem bola de neve (BERNARD, 2005). Com ele, alcançamos informações ausentes sobre alguns Coletivos Negros, confirmamos outras já constatadas e também ampliamos a abrangência do levantamento. Pelo *Facebook*, chegamos ao número de 31 Coletivos Negros identificados. Com o auxílio do questionário, alcançamos o número total de 41 Coletivos Negros, distribuídos na Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Concentramos os dados levantados sobre os Coletivos Negros na Tabela 1, organizando-os pelas suas datas de criação, uma vez que compreender o volume com que surgem essas organizações é um dos elementos que destacaremos desse artigo. Nesse momento, também, justificamos o recorte temporal por nós adotado. Afinal, foi o próprio trabalho em campo que o delimitou. Junto a esses dados, trazemos os nomes dos Coletivos Negros e as universidades em que estão presentes, analisando-os a partir das contribuições de Cavalcanti (2019), Guimarães, Rios e Sotero (2020), Simões (2018).

Em seguida, trazemos separadamente considerações sobre o levantamento das ações desses Coletivos. Como são muitos Coletivos Negros e, portanto, muitas as agendas, a abordagem cautelosa dessas ações merece um estudo reservado de discussão. Por isso, especialmente a partir das contribuições de Gomes (2017), abordaremos de forma geral as ações voltadas para a formação complementar. Tecendo, assim, um panorama do que os Coletivos Negros universitários têm realizado no interior das instituições, e como essas ações tem contribuído para o processo de formação profissional e produção científica.

A emergência dos Coletivos de Estudantes Negros/as nas Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro

2 O levantamento de dados, realizado especialmente no ano de 2020, também foi desenvolvido em um contexto de pandemia, causado pela realidade epidêmica ocasionada pela Covid-19. Esta foi uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus Sars-CoV-2, com alto nível de transmissão, levando o Estado a adotar medidas de isolamento social. O que impedia, portanto, a ida presencial à campo para o levantamento de dados.

3 Os instrumentos de busca do Facebook permitiram, por meio das palavras-chave “coletivo negro universitário”, “coletivo negro” e “coletivo de estudantes negros universitários”; e pelo filtro de localidade “Rio de Janeiro”, identificar as páginas dessas organizações estudantis.

4 É importante ressaltar que já estávamos inseridas no campo de pesquisa, o que possibilitou o contato com integrantes dos Coletivos Negros para aplicação do questionário e o pedido para que estes o pulverizassem.

Os espaços educacionais são importantes mecanismos de orientação e gestão das ações coletivas sociais. Afinal, elas adequam os sujeitos a um conjunto de regras e significados definidos com base em experiências de mundo específicas - mas que passam a valer para todos/as. Quem faz essa leitura das instituições educativas é Almeida (2019, p. 22), ao explicitar a responsabilidade destas em estabilizar e legitimar o sistema social vigente.

Todavia, além do papel central dessas instituições educacionais, cabe ressaltar como elas estão impregnadas de uma forma de operação que tem a raça como fundamento. Como destaca Almeida (2019, p. 22), essa relação se manifesta por meio de suas práticas que, consciente ou inconscientemente, culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos - a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Nas universidades, essas práticas ficam nítidas ao percebermos enraizado no ensino e na atuação acadêmica uma tradição de pensamento inaugurada por René Descartes (1596-1650), na obra *Discurso do Método*, que tem como pressuposto uma produção de conhecimento que tem validade universal (BERNARDINO-COSTA, 2018). Essa premissa gera uma experiência no interior das universidades que nega outras existências, outros diálogos e outras possibilidades de se tornar cognoscível o mundo.

Como sugere Rufino (2019), os espaços de produção do conhecimento têm se dado o direito de falar sobre o outro, descartando a compreensão de mundo que parte dessa presença e os conhecimentos que essa própria presença constrói na sua relação com o tempo e com o espaço. Portanto, em nome do conhecimento, o que tem sido produzido nas universidades são monólogos, respostas simplistas às questões que elas mesmo tecem, pois não pensam como suas próprias construções tem recusado a diversidade. Nesse sentido, o que encontramos na produção de conhecimento das instituições educacionais responde à uma configuração racial do poder - demonstrado pelos paradigmas adotados -, à um cânone literário e um espaço de produção científica de domínio de homens brancos⁵.

Daí vem a importância que entidades negras têm dado ao debate da Educação e instituições educacionais, ao menos desde meados do século XX. São décadas de ocupação desses territórios do saber, em busca do tensionamento das universidades, considerando o potencial destas no processo de transformação social. Ao observar esse histórico que começamos a compreender o processo de emergência dos Coletivos Negros universitários.

O processo de busca pela ocupação das universidades pela população negra pode ser percebido, no cenário nacional, ao menos desde a década de 1950⁶. Porém, no Rio de Janeiro, é na década de 1970, com a criação de organizações como a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) e do Movimento Negro Unificado (MNU) que essa presença assumiu maior expressão. Foi o momento de conformação do que Ratts (2011) viria chamar de Movimento Negro de base acadêmica.

Foi neste momento que nossas pesquisas identificaram a emergência do primeiro⁷ Coletivo de Estudantes Negros/as Universitários/as no interior de uma universidade pública do Estado do Rio de Janeiro. Foi este o Grupo de Trabalho André Rebouças, instituído em 1979 e organizado por estudantes universitários negros (RATTS, 2011). Como apresenta Santos (1994), esse foi um período de crescente industrialização do Brasil e consequente busca por qualificação da população, impactando na ampliação do acesso às universidades. Assim, é possível perceber alguns dos elementos que favoreceram a formação de uma proeminente intelectualidade negra.

No entanto, só na década de 1990 e início dos anos 2000 que as lutas pela expansão do acesso as universidades e pelas epistemologias negras nos processos de formação científica e profissional acadêmicos ganharam força. Foi quando identificamos a emergência de um segundo Coletivo Negro em universidade pública no Estado do Rio de Janeiro. O Coletivo Denegrir que, instituído em

5 Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o quantitativo de professores negros não chega a corresponder nem à vinte por cento do quantitativo de professores brancos. Isso esbarra na estrutura da gestão universitária e atuação acadêmica no ensino e pesquisa, que se vê sub representada por pessoas negras.

6 Temos o Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao), instituído pelo professor George Agostinho da Silva na Universidade Federal da Bahia (UFBA), como uma das evidências dessas ações.

7 Cabe ressaltar que foi o primeiro que identificamos, o que não significa que seja o primeiro a de fato existir. Afinal, a produção bibliográfica sobre a presença negra nas universidades ainda merece ser expandida.

2001 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), teve sua emergência percebida por Ratts (2011) como intrínseca ao movimento de luta pelas ações afirmativas.

Esse foi um contexto de crescimento do debate acerca das políticas de ações afirmativas. Extenso e complexo, envolveu fundamentalmente a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em 2001, na África do Sul. As discussões que este evento gerou reverberaram no cenário nacional, de forma que ao longo dos anos 2000 é perceptível uma mudança da estrutura interna do Estado a respeito do tema.

No Rio de Janeiro, essa mudança foi marcada pela aprovação, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), da Lei nº 3.708, de 09 de novembro de 2001 (RIO DE JANEIRO, 2001), que instituiu cotas de até 40% para o acesso de pretos e pardos nas universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro⁸. A seguir, houve a implantação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003), que incluiu os artigos 26-A e 79-B na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394/96 (BRASIL, 1996), tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Destacamos, junto a esse processo de implementação dessas políticas públicas, a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), que passou a realizar o Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Copene) e o Consórcio Nacional dos Neabs (Conneab). Essas foram iniciativas fundamentais para a mobilização sociopolítica negra no interior das universidades.

Cabe assinalar, também, a instituição do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2009). Essas medidas foram tanto testemunhas quanto força motriz de um cenário de surgimento de um novo *ethos*⁹ das relações raciais nas universidades (OLIVEIRA, 2019), que irá marcar todo o processo posterior, justificando o volume com que surgirão Coletivos Negros a partir de então.

A outorga da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), que institui o Estatuto da Igualdade Racial representou significativo avanço para o debate acerca das relações raciais brasileiras. Junto a isso, uma das ações de notória repercussão e impacto foi a aprovação do princípio constitucional da ação afirmativa pelo Supremo Tribunal Federal, em 26 de abril de 2012, o que ocasionou a sanção da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), que dispõe sobre orientações específicas para o ingresso de estudantes negros/as e de baixa renda nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico do nível médio. Além da adoção das cotas agora também nas universidades federais, assistíamos ao desenvolvimento de projetos como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)¹⁰.

Esse conjunto de iniciativas foram fundamentais para que os Movimentos Negros adquirissem espaço e amplitude em suas reivindicações, especialmente no interior das universidades. Houve um aprofundamento do debate sobre os direitos da população negra a respeito da importância da ocupação das universidades. Ainda, esse processo veio acompanhado de medidas que promoveram a real expansão da entrada de estudantes negros/as nas universidades, de forma nunca anteriormente assistida (SIMÕES, 2018). A esse ponto, temos fatores fundamentais para a eclosão de tantos Coletivos de Estudantes Negros/as Universitários/as a partir da segunda década do século XXI.

Em nossa pesquisa vemos que após os primeiros Coletivos Negros identificados, aqueles de 1979 e 2001, apenas identificaríamos outros em 2014. Sobre os anteriores, já havia produção teórica desenvolvida por Ratts (2011). Por isso nosso levantamento teve como recorte temporal o marco inicial de 2014, sendo o marco final 2020 pois foi o ano em que finalizamos o levantamento de dados. Após 2014, em todos os anos até 2020 foram identificados Coletivos Negros. Isso nos levou a pensar que haviam ali mais fatores para justificar a emergência tão expressiva dessas coletividades, e de forma contínua.

Apesar de todo esse histórico até aqui apresentado ter mexido com a estrutura das

8 No caso, a UENF e a UERJ. Mais tarde, essas medidas foram regularizadas pela Lei nº 4.151, de 04 de setembro de 2003.

9 Conjunto de hábitos, valores, ideias, crenças.

10 O Reuni foi estabelecido pelo decreto nº 6.096/07 (BRASIL, 2007), criando condições de acesso às universidades e de permanência nelas, proporcionando o aumento de suas estruturas físicas, acadêmicas e pedagógicas; especialmente aumentando o número de vagas nos cursos de graduação e ampliando os cursos noturnos.

instituições, ele não justifica sozinho a emergência tão expressiva de Coletivos Negros nesse último contexto. Somado a esses fatores, tivemos a partir de 2013 uma crescente crise política e ideológica no Brasil. Como afirma Calil (2013), essa crise gerou grande efervescência nos movimentos estudantis universitários, que se manifestaram expressivamente a respeito das medidas governamentais e na defesa de transformações que abrangessem os direitos da população negra, de mulheres, pessoas LGBTQIA+¹¹. Amplamente divulgadas através das redes sociais, essas manifestações massificaram o uso do ambiente virtual como instrumento de forte articulação política¹².

Assim, o cenário de mobilização dos movimentos estudantis universitários foi um elemento central para que emergissem tantas organizações estudantis negras. Diante de toda a efervescência política, as organizações de estudantes universitários/as encontraram terreno fértil para florescer. Porém, devido a todo o processo anterior de luta dos Movimentos Negros junto aos governos federais e estaduais pela democratização do Ensino Superior (CARVALHO, 2006), agora o fator racial era marcante nas relações no interior das universidades. Frutos das medidas de expansão do acesso ao ensino e conectadas ao histórico de luta por esses espaços, as coletividades foram profundamente impactadas, influenciando nos tipos de organização que viriam a emergir.

Foi assim que pudemos vislumbrar a eclosão das coletividades de estudantes negros/as universitários/as, sobre as quais pode-se tomar conhecimento abaixo:

Tabela 1. Levantamento dos coletivos negros das universidades públicas do estado do Rio de Janeiro

Data de surgimento	Nome do coletivo	A qual universidade o coletivo está vinculado	A qual curso o coletivo está vinculado
2014	1. Coletivo Negro Patrice Lumumba	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Direito
2014	2. Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF - Iolanda de Oliveira	Universidade Federal Fluminense (<i>campus</i> de Niterói)	Vários ¹³
2014	3. Coletivo Negro Mercedes Baptista	Universidade Federal Fluminense (<i>campus</i> de Campos dos Goytacazes)	Vários
2014	4. Coletivo Negro Maria de Jesus	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Vários
2015	5. Coletivo Negro José do Patrocínio	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Vários
2015	6. Coletivo Negro Mandume	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Geografia
2015	7. Frente Negra	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Vários

11 Momento marcado pelas jornadas de junho e julho de 2013, que geraram uma forte ocupação das ruas pela população em protesto.

12 Não à toa, uma das primeiras ações dos Coletivos Negros, no momento de sua consolidação, é a criação de uma página na rede social. A maioria das datas de cadastro no Facebook coincide com o momento de constituição dos grupos.

13 Alguns Coletivos Negros estão associados a cursos específicos da graduação ou da pós-graduação. Essa associação traz uma configuração específica para as suas ações, que iremos nos ater na análise dos dados. Por isso inserimos essa informação na tabela, na quarta coluna. Para distingui-los daqueles que não se associaram a nenhum curso em específico, tendo uma agenda de ações mais abrangente, adotamos a classificação "vários".

2015	8. Coletivo NegreX	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Vários
2015	9. Coletivo Negro Claudia Silva Ferreira	Universidade Federal do Rio de Janeiro (Faculdade Nacional de Direito)	Direito
2015	10. Coletivo Negro Luisa Mahin	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Vários
2015	11. Coletivo Preto Dandaras da Baixada	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Vários
2016	12. Kanda Ìmárale	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Psicologia
2016	13. Coletivo Negro Neusa Santos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Vários
2016	14. Negruff	Universidade Federal Fluminense (<i>campus</i> de Volta Redonda)	Vários
2016	15. Coletivo Negro Caó	Universidade Federal Fluminense (<i>campus</i> de Niterói)	Direito
2016	16. Coletivo Negro Ebí	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Biologia
2016	17. Coletivo Negro Marlene Cunha	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Antropologia Social (pós-graduação)
2016	18. CONBENA - Coletivo Negro Beatriz Nascimento	Universidade Federal do Rio de Janeiro	História
2016	19. Coletivo Maria José Justino	Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR)	Vários
2016	20. Coletivo 111	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Vários
2017	21. Coletivo Negro Marielle Franco	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP)	Sociologia e Ciências Políticas (pós-graduação)
2017	22. Coletivo Negro André Rebouças	Universidade Federal Fluminense	Engenharia
2017	23. Coletivo Negro Mary Seacole	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Enfermagem

2017	24. Coletivo de Negros e Negras do Serviço Social - Dona Ivone Lara	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Serviço Social
2017	25. Coletivo Negro Beatriz Nascimento	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Vários
2017	26. Coletivo Primavera Negra	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CCJP)	Vários
2017	27. Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Psicologia
2017	28. Coletivo Assalta	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Teatro
2017	29. Filhas de Dandara	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Pedagogia
2018	30. AFRODONTO	Universidade Federal Fluminense (<i>campus</i> de Niterói)	Odontologia
2018	31. Coletivo Negro Conceição Evaristo	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Letras
2018	32. Coletivo Negro Maria Soldado	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Enfermagem
2019	33. Coletivo de Negros e Negras Andreilino Campos	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Vários
2019	34. PRETASPSI	Universidade Federal Fluminense (<i>campus</i> de Campos dos Goytacazes)	Psicologia
2019	35. Frente Negra Esperança Garcia	Universidade Federal Fluminense (<i>campus</i> de Macaé)	Vários
2019	36. Coletivo Negro Guerreiro Ramos	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Antropologia (pós-graduação)
2019	37. Coletivo FUZUÊ	Universidade Federal Fluminense (<i>campus</i> de Macaé)	Vários
2019	38. Unidade Preta Alice Bruno	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (<i>campus</i> de Seropédica)	Vários
2019	39. Àyoré	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	Comunicação Social

2020	40. Coletivo Negro do Instituto de Economia	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Não identificado
2020	41. Coletivo Negro Cheila Mothé	Universidade Federal do Rio de Janeiro (Centro de Tecnologia)	Não identificado

Fonte: Costa (2021, p. 66 - 69)

Análise e discussão da Tabela 1 - Levantamento dos coletivos negros das universidades públicas do estado do Rio de Janeiro

Ao longo da construção da Tabela 1, percebemos que só em 2014, quatro Coletivos Negros foram instituídos: Coletivo Negro Patrice Lumumba e Coletivo Negro Maria de Jesus na UFRJ, Coletivo de Estudantes Negrxs da UFF - Iolanda de Oliveira, na UFF em Niterói e o Coletivo Negro Mercedes Baptista, na UFF em Campos dos Goytacazes, interior do Estado do Rio de Janeiro. Veremos que a efervescência dos movimentos estudantis que assistimos a partir de 2013 e espreado-se em 2014, devido à crise políticas e jornadas de manifestações, não mudou de cenário nos próximos anos. Concomitantemente, o número de Coletivos Negros continuou a crescer nos anos seguintes, atingindo seu ápice em 2016 e 2017.

Em 2015, representações políticas como Centros Acadêmicos (CA), Diretório Acadêmico (DA), Diretório Central dos Estudantes (DCE), União Nacional dos Estudantes (UNE), União dos Estudantes de Estados Brasileiros, União Brasileira dos Estudantes (UBES), Grêmios Estudantis, União de Juventudes, Coletivos, Sindicatos, Associação de Docentes estavam se articulando em torno do que viria a ser chamado de Movimento Ocupa (CAVALCANTI, 2019, p. 8). Esse foi um movimento de estudantes universitários e secundaristas em resposta a medidas governamentais de reestruturação da rede de ensino, e de enfrentamento à Proposta de Ementa Constitucional (PEC 241), que pretendia limitar os gastos do governo para os próximos 20 anos no Brasil.

Esse cenário de sucessiva mobilização política nos ajuda a compreender como o fluxo de instituição de Coletivos Negros também permaneceu contínuo. De acordo com Guimarães, Rios e Sotero (2020), a efervescência política foi assimilando uma série de outras demandas ao longo do tempo, como a luta contra a fraude das cotas. Ainda, nesse momento de intensa atividade política houveram articulações em larga escala entre os próprios Coletivos Negros, que se uniam para a realização de atividades, até mesmo em projeção nacional¹⁴, alcançando mais pessoas em suas ações. Esse cenário de expansão da mobilização política é percebido até 2017, onde número dessas organizações já havia triplicado. Comparando com 2014, onde quatro grupos foram instituídos, em 2015 mais sete Coletivos Negros foram criados, em 2016 mais nove Coletivos Negros e em 2017 mais nove dessas coletividades instituídas. Ao todo, nesse curto espaço de tempo, vinte e nove Coletivos Negros vieram a emergir nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro.

O quadro de expansão contínua só vem a mudar em 2018, onde surgiram três Coletivos Negros – uma diminuição significativa em relação aos anos anteriores, o que pode estar relacionado a uma atenuação da intensidade da atividade política pelos motivos anteriores. Porém, logo em seguida o ritmo de instituição de Coletivos Negros vem a ascender novamente. Mas em 2019, já podemos identificar outro cenário de aquecimento da mobilização política, diante do contexto de crescimento de propostas políticas governamentais autoritárias, que geraram forte oposição. Em 2020, uma nova queda no quantitativo de Coletivos Negros universitários identificados.

Tendo todo esse cenário político em vista, este parece constituir um importante pano de fundo que auxilia na compreensão do volume total de 41 grupos existentes nas universidades públicas do estado do Rio de Janeiro entre 2014 e 2020, assim como as oscilações do quadro dessas

¹⁴ Como a marcada pela realização do Encontro de Estudantes e Coletivos Negros Universitários (EECUN), realizado entre 13 e 15 de maio de 2016, na UFRJ. Disponível em: <https://www.facebook.com/eecun>. Acesso em: 05 set. 2020.

emergências.

Outro dado sobre os Coletivos de Estudantes Negros/as Universitários/as, que foi apresentado na Tabela 1, nos interessou perceber: em quais instituições esses grupos estão presentes. Afinal, essa é uma maneira de registrar essas presenças. Das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, identificamos Coletivos Negros na Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Ufrj), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Um olhar atencioso nos mostra que esse cenário de eclosão dos Coletivos Negros a partir de 2014 favoreceu a disseminação dessas organizações muito para além da capital do Estado do Rio de Janeiro, onde até então haviam sido identificadas. No caso da UFF, constatamos que existem Coletivos Negros em praticamente todos os polos do interior, sendo estes os *campus* de Campos dos Goytacazes, Macaé, Rio das Ostras, Angra dos Reis e Volta Redonda.

Aqui, percebemos de forma nítida a influência das políticas sociais de expansão do acesso ao ensino superior como fator que também interferiu nesse processo de dinamização das relações estudantis. Afinal, mesmo que antecedentes a essa expressão, foram justamente o que possibilitaram o cenário único de presença expressiva negra nas universidades. O Reuni, programa já citado, é um dos elementos que justificam essas presenças de Coletivos Negros mais espalhadas no território. Esse projeto marcou uma profunda mudança no quadro das universidades (SIMÕES, 2018), uma vez que proporcionou a ampliação do número de vagas, a implementação de mais campi no interior do estado e a oferta de cursos de graduação noturnos, diversificando "junto com as políticas de cotas" o público estudantil.

Não podemos deixar de citar a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) junto ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Ambos são instrumentos que também facilitaram a entrada dos/as estudantes nas universidades, uma vez que possibilitam a inscrição em qualquer instituição brasileira, aumentando as chances de alcance de uma vaga no Ensino Superior (SIMÕES, 2018). Com isso, universidades do interior do Estado do Rio de Janeiro passaram a ser muito mais procuradas, por sua vez, proporcionando a constituição de vários Coletivos Negros nessas localidades. A internet também pode ser citada como um aparato que facilitou a mobilização política da juventude, expandindo a capacidade de articulação das organizações, uma vez que podem se conectar independente de suas localizações.

As universidades com mais Coletivos Negros identificados foram, respectivamente, a UFRJ (com 15 núcleos identificados) e a Uerj (com 9 núcleos identificados). Para nós, alguns fatores podem explicar esse fato: histórico de atravessamento dos Movimentos Negros e movimentos sociais nessas instituições, dimensão estrutural das instituições com maior oferta de vagas para estudantes e cursos de graduação e pós-graduação, presença de institutos e polos diferentes por área do conhecimento. O que merece um olhar mais cuidadoso sobre.

Um último elemento que também pode ser observado na Tabela 1 e cabe a nossa consideração, é a divisão de Coletivos Negros por curso da graduação ou pós graduação. Essa foi uma percepção que tivemos no processo de levantamento de dados. Nos atentamos ao fato de que, em suas páginas do *Facebook*, muitos Coletivos Negros estavam relacionados a um curso da graduação ou da pós-graduação. No nosso levantamento, pelo menos metade dos grupos identificados estavam relacionados a algum curso específico, como o Coletivo Negro Mandume (UERJ), que engloba estudantes do curso de Geografia, o Coletivo Negro Claudia Silva Ferreira (UFRJ), de alunos/as do curso de Direito, o Coletivo Negro Kanda Ìmárale, de alunos/as da Psicologia.

Consideramos importante destacar essa observação por ela instigar a algumas reflexões sobre as ações desses Coletivos Negros, que também foi um de nossos dados de pesquisa. Mais precisamente, o fato de muitos Coletivos Negros estarem voltados a cursos de formação nos levou a partir desse fato para tecer considerações sobre o papel deles na formação complementar, uma vez que observamos o quanto isso influencia em suas agendas de ação.

Das diferentes formas de ocupar os territórios do saber: um panorama geral sobre as ações dos Coletivos Negros nas universidades

De forma geral, os diferentes trabalhos que se dedicam a compreender os Coletivos de Estudantes Negros/as Universitários concordam em suas visões sobre essas organizações: esses são espaços marcados pela construção de afetos, empoderamento, confraternização, articulações políticas, estudos entre esses/as jovens, onde eles podem expressar suas opiniões, sua personalidade, na contramão do que se sentem autorizados a realizar no espaço institucional.

Essas são características atribuídas a esses grupos por Caixeta (2016, p. 15), que define-os enquanto “quilombos afetivos”. Oliveira (2019) não fugiu dessa perspectiva, ao identificar os Coletivos Negros enquanto espaços de sociabilidade e afetividade. Amparados uns/umas nos/as outros/as, esses/as estudantes encontram nessa rede de apoio e conexão caminho para pleitearem as melhorias desejadas para a população negra nas universidades.

O levantamento da agenda de ações dos Coletivos de Estudantes Negros/as Universitários, realizado em ocasião da nossa pesquisa, não contradiz o que fora apresentado pelos pesquisadores supracitados. Em suas publicações no *Facebook* assim como no questionário respondido pelos/as integrantes dos Coletivos Negros no *Google Forms* (COSTA, 2021, p. 127), é notável a centralidade dada pelos Coletivos Negros à luta contra as violências racistas, especialmente na forma de protestos localizados, mobilização contra a fraude nas cotas e envolvimento nas bancas de heteroidentificação, o que demarca o seu viés político. Porém, a dimensão afetiva também é preponderante em suas ações, atravessando-as ao serem produzidos momentos de convivência como eventos (festas e saraus) e espaços de acolhimento dos estudantes recém ingressos.

No encontro das dimensões política e afetiva, há a criação de espaços de reuniões entre os integrantes dos Coletivos Negros. Ora denominando-os grupos de estudos, clube de leitura, rodas de conversas ou simplesmente reuniões, estes são lugares construídos pelos Coletivos Negros que possibilitam a solidariedade, a manutenção do afeto, os laços entre os/as estudantes e também a construção de esforços e enfrentamento contra a estrutura na qual estão inseridos.

Lugar de onde emergem a agenda de ações dos Coletivos Negros, essas reuniões tem promovido fundamentalmente a formação complementar. Nelas, os/as estudantes negros/as integrantes dos Coletivos trocam saberes sobre a história das populações africanas¹⁵, afro-brasileiras¹⁶ e outros, como: amor e autoestima¹⁷, intelectualidade negra¹⁸, gênero¹⁹, territorialidade, raça, classe social, política, sociedade, Estado²⁰, Educação²¹, Ciência²², partindo da perspectiva e experiência negra a respeito dos temas.

Estes/as estudantes defendem não só a necessidade da inserção de disciplinas que abordem epistemologias negras nos cursos da graduação e pós-graduação, como também a abordagem da temática de forma transversal à formação profissional e científica²³. A importância das abordagens epistemológicas negras compondo a matriz básica dos cursos²⁴, estaria em assegurar que esta seja discutida em todo o percurso acadêmico dos/as estudantes. Evitando, assim, que a temática racial seja apontada de forma fragmentada no processo formativo e proporcionando o aprofundamento da construção de conhecimento a partir da contribuição teórica de pessoas negras.

O Coletivo Negro Kanda Ìmárale ilustra bem esse processo quando, em uma parceria com

15 A exemplo da discussão feita pelo Coletivo Negro Conceição Evaristo sobre resignificação da África. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/180464395989670>. Acesso: 22 jun. 2021.

16 As reuniões do Coletivo Negro Mercedes Baptista são exemplos de encontros voltados para abordar o tema. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/287668268730016>. Acesso: 22 jun. 2021.

17 A exemplo dos encontros “Sinergia: auto-cuidado como princípio da cura”, do Coletivo Negro Kanda Ìmárale. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1872431099479582>. Acesso: 22 jun. 2021.

18 Como exemplo, podemos citar a reunião sobre o intelectual Aimé Cesáire, realizado pelo UbuntuFF. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/161770914267846>. Acesso: 20 maio. 2021.

19 Disponível em: <https://www.facebook.com/events/458661557918089>. Acesso: 20 maio. 2021.

20 O encontro do Coletivo Negro Caó, voltada para discutir Direito e Racismo, exemplifica a realização das ações. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/2200951569939662>. Acesso: 22 jun. 2021.

21 Disponível em: <https://www.facebook.com/events/368851800465626>. Acesso: 22 jun. 2021.

22 Os debates do Coletivo Negro Afrodonto sobre racismo e formação acadêmica ilustram a questão. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/2158164957561868>. Acesso: 05 set. 2020.

23 A exemplo da declaração do Coletivo Negro Caó, em sua página no Facebook, disponível em: <https://www.facebook.com/caocoletivo/posts/1375534572837830>. Acesso: 22 jun. 2021.

24 A iniciativa do Coletivo Negro PretasPsi, da UFF em Campos dos Goytacazes, exemplifica a questão. Através do questionário aplicado, suas integrantes afirmaram que estavam participando da reconstrução do projeto político-pedagógico do curso de Psicologia para inserir autores/as negros/as.

o Grupo de Estudos Kwame Ture, buscaram “superar o estudo pelo estudo” e se organizar para “no médio/longo prazo, formar historiadores autodidatas, tradutores, speakers (oradores)”²⁵. Na contramão das hegemonias do saber, produzidas pelo racismo epistemológico engendrado pelas universidades, o Coletivo Negro propôs a construção de um espaço autônomo de formação acadêmica e profissional negra.

Ao adentrarem no território acadêmico, os/as estudantes negros/as constatarem que as grades curriculares não abrangem epistemologias negras. Sentem que o processo de ensino-aprendizagem não considera as especificidades e necessidades deles/as. Este processo é percebido por intelectuais como Carneiro (2005), Gomes (2017) e Almeida (2019), que o definem enquanto racismo epistemológico. Ou seja, uma produção institucional de silenciamentos e incômodos direcionados à população negra.

Sobre esses processos de silenciamento, Trouillot (2016) aponta que podem ser percebidos na ausência de menção aos saberes desses/as estudantes e pesquisadores/as negros/as, não citação de autores/as e personagens negros/as em registros, ocultamento de suas narrativas em primeira pessoa, dentre outras. Isso tem afetado diretamente aos/as estudantes e suas contribuições ao processo educativo desenvolvido pelas universidades. Em contrapartida, suas ações ilustram a preocupação em construir estratégias para suprir a demanda.

O Coletivo Negro Patrice Lumumba construiu uma série de eventos em que convidaram intelectuais negros/as para ministrar palestras que debatiam abolicionismo penal, criminologia, encarceramento em massa, sistemas filosóficos africanos, dentre outros temas. A formação complementar, nesse sentido, extrapola o lugar da realização de reuniões. Seminários, palestras, e demais eventos acadêmicos abertos ao público geridos pelos próprios Coletivos Negros podem ser amplamente observados.

Um evento construído Coletivo NegreX, da UFRJ é emblemático. Tendo como título "Das estatísticas ao jaleco: os desafios em ser médico/a negro/a no Brasil", o encontro buscou se contrapor à histórica cristalização da população negra enquanto objeto de estudo nesta área de conhecimento. Agora, as pessoas negras são os/as profissionais que pautam seus próprios interesses na prática médica²⁶. Historicamente, pessoas negras eram dissecadas em nome do avanço social e científico²⁷. Tendo isso em perspectiva, esse evento voltado para o curso de Medicina se propôs a pensar os desafios de uma educação médica antirracista, na contramão dessa herança.

Outros eventos podem ser citados, como: a II Jornada Afro Acadêmica de Estudos (Jae)²⁸; o encontro nacional do Coletivo Negrex, que teve como tema: "Defender o SUS também é defender a saúde da população negra"²⁹; a roda de conversa "Transversalidade e relações étnico-raciais: O papel dos Coletivos Negros na transformação da formação em saúde"; os ciclos de debate "Corpos Negros, direitos brancos: o Lugar do Negro na Sociedade" e "Mundo branco, Neocolonialismo e África "O legado de Patrice Lumumba, Almícar Cabral e Samora Machel"; o seminário "Caminhos do Movimento Negro: Diretrizes Contemporâneas". Essas atividades ilustram as inúmeras ações dos Coletivos Negros voltadas para a discussão, divulgação intelectual, promoção científica, constituindo-se enquanto processos educativos.

Mesmo que os Coletivos Negros ocupem as universidades buscando ora pressionar, ora negociar com instâncias representativas institucionais³⁰, no geral se movimentam de forma autônoma para construir aquilo que sentem necessidade nessas instituições. A preocupação com a formação complementar é percebida não só nas evidências das reuniões e eventos realizados pelos Coletivos Negros, que podem ser encontradas nas suas páginas do *Facebook*, como a partir das suas próprias declarações nas postagens na rede social.

25 Disponível em: <https://www.facebook.com/kandaimarale/>. Acesso em: 20 maio. 2020.

26 Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivonegrex/>. Acesso em: 09 maio. 2020.

27 A figura do médico legista, jurista e escritor Raimundo Nina Rodrigues e sua atuação na Faculdade de Medicina na Bahia retomam essa trajetória, onde a objetificação de pessoas africanas foi material para o desenvolvimento de ideais racistas no início do século XX, fundando por exemplo a antropologia criminal brasileira.

28 Disponível: <https://www.facebook.com/coletivonegroufrj/posts/1047940608747374>. Acesso: 09 maio. 2020.

29 Disponível: https://www.facebook.com/events/834888986893183/834888993559849/?active_tab=about. Acesso: 09 maio. 2020.

30 Ao participarem de colegiados de cursos, por exemplo.

O Coletivo Negro Mandume, da graduação em Geografia na UERJ, se posicionou sobre a necessidade da construção de um olhar mais amplo sobre a implicação das questões raciais no conhecimento geográfico³¹. Neste mesmo caminho, o Coletivo Preto Virgínia Bicudo, do curso de Psicologia da UFRJ, afirmou em sua página do *Facebook* que "não permitiremos mais o apagamento de nossas produções intelectuais nem a manutenção de narrativas coloniais construídas para nos silenciar"³².

Também do curso de graduação em Psicologia, o Coletivo Negro Kanda Ìmárale defendeu a importância de uma formação que se dedique em atender a comunidade negra, declarando ser necessário "produzir uma psicologia que respeite e atenda a nossas demandas"³³. Um dos objetivos desse Coletivo Negro seria construir uma "Psicologia Preta", motivada em desenvolver práticas de fortalecimento da população negra.

Ainda sobre o compromisso com a transformação epistemológica das universidades, o Coletivo Negro Caó afirmou, em sua página no *Facebook*, que sua luta é para que seja produzido "um Direito dos pretos e a serviço dos pretos. Um Direito dos desumanizados. Um Direito do quilombo. Um Direito da favela e daqueles que habitam a zona do não ser!"³⁴.

Essas são algumas declarações que ilustram como as ações desses coletivos estão conectadas à formação complementar e transformação da realidade do racismo epistemológico. As próprias ações e declarações desses grupos, por sua vez, ajudam a explicar por que muitas organizações se direcionam a áreas do conhecimento específicas. A explicação seria, ao nosso ver, para suprir a demanda pela produção científica e formação profissional que esteja envolta de epistemologias negras, não só nas reflexões sobre, como nas próprias práticas, o que requer estudo direcionado.

Gomes (2017, p. 16) defende que, com a emergência de diferentes formas de coletividades no século XXI, ao produzirem e articularem saberes construídos pelos grupos não-hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade, estas atuam como pedagogas nas relações políticas e sociais. No caso dos Coletivos Negros, dão continuidade ao legado do Movimento Negro, que é educador, ao se basearem em suas produções teóricas construídas ao longo das décadas para significarem a experiência que estão tendo no momento atual. Ainda, ensinam à Educação, à Ciência e às Humanidades a partir dos saberes que mobilizam a partir de suas experiências únicas, na construção dos encontros, rodas de conversas, seminários.

Gomes (2017, p. 49) aponta para a lentidão das instituições educativas em atender à demanda histórica por práticas pedagógicas e curriculares que reconheçam a diversidade étnico-racial, tratando de forma digna a questão racial e a população negra. Sendo assim, essas coletividades utilizam dos seus próprios recursos para construir processos educativos de valorização dos saberes construídos pela população negra.

É importante ressaltar, sob a perspectiva de Gomes (2017), que essas coletividades assumem um viés educador não só por promoverem espaços que tenham a finalidade formativa e por carregarem um legado histórico, mas também por reeducarem as pessoas negras sobre si mesmas, sobre seu lugar de direito na sociedade. Ainda, reeduca os outros segmentos étnico-raciais e sociais da população, na medida em que se relacionam com eles. Essas são as múltiplas facetas de contribuição que um panorama geral sobre as ações dos Coletivos Negros nos permite observar.

Sueli Carneiro (2005, p. 61) afirma que "todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação do saber". Por outro lado, todo espaço de formação do saber é também um espaço de exercício do poder. Desse modo, ao terem esse viés educador, os Coletivos Negros se inserem na luta por outras epistemologias, que é uma luta contra a própria disposição do poder hegemônico.

O que os dados nos permitem defender é que, de repente, os/as estudantes percebem o quão valioso é poderem embutir valor, criar e partilhar sentido sobre o que observam. Munidos de instrumentos técnico-científicos, mas também filosóficos-existenciais, fazem de suas experiências um espaço de produção de saber que não condicionam pessoas negras a serem meros artefatos

31 Disponível: <https://www.facebook.com/mandumeuerj/photos/a.840152439483224/1680279932137133/>. Acesso: 22 jun. 2020.

32 Disponível: <https://www.facebook.com/col.preto.virginiabicudo/posts/2440663782833145>. Acesso: 09 maio. 2021.

33 Disponível: <https://www.facebook.com/kandaimarale/posts/484268441941791>. Acesso: 20 maio. 2020.

34 Disponível: <https://www.facebook.com/caocoletivo/posts/1375534572837830>. Acesso: 20 maio. 2020.

dos estudos brancos. É desta forma que contribuem com outras propostas sobre o fazer, o ser e o saber nas universidades. Na contramão da desautorização de saberes, os Coletivos Negros tem demonstrado que os saberes eurocêntricos propagados pelas universidades, sozinhos, não bastam para se pensar o mundo.

Considerações Finais

Conhecer quais Coletivos Negros existem nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, em que instituições estão presentes, quais seus nomes e suas ações foi fundamental para tecermos um panorama sobre essas presenças. Contribuindo para os estudos que já tem sido desenvolvidos sobre essas coletividades, esse trabalho enriquece a pesquisa sobre o tema ao apresentar dados sobre esses grupos e suas contribuições.

A relação entre os Coletivos Negros e o legado de lutas do Movimento Negro pela ocupação das universidades é latente. Ainda que os coletivos tenham suas emergências atreladas à efervescência dos movimentos estudantis na segunda década do século XXI, a democratização do acesso ao ensino superior – que teve importante participação de organizações negras –, foi um fator central para hoje possamos acompanhar o volume com que os Coletivos Negros passaram a existir. Nesse sentido, os Coletivos Negros são importantes desdobramentos do que desde o século anterior foi um desejo da população negra: a ocupação dos territórios do saber e a difusão de outras epistemologias e pedagogias negras nesses espaços de ensino.

Os processos educativos que são instituídos a partir dessas presenças nas universidades suscitam outras reflexões passíveis de investigação, como o impacto da participação nas ações dos Coletivos Negros na vida dos/as estudantes universitários/as, como reverbera a presença desses núcleos na vida acadêmica das instituições em que estão presentes, aprofundamento sobre as ideologias que os grupos promovem na defesa de suas pautas e no bojo de suas agendas de ações.

Em suma, de maneira criativa os Coletivos Negros inserem debates nas universidades que ainda encontram resistência em serem amplamente abordados e aprofundados. Certamente, estruturalmente muito ainda precisa ser feito para que as universidades operem por meio de outra lógica, que não a imbricada no racismo epistemológico. Por isso, as iniciativas dessas iniciativas universitárias negras merecem ser grifadas pela sua importância no processo de transformação da realidade enfrentada pelos/as estudantes, ao contribuírem para a construção de alternativas diante da problemática que incide sobre a produção científica e formação profissional.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Brasil: Pólen Livros, 2019.

BERNARD, H. R. *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches*. Lanham, MD: **AltaMira Press**, 2005.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 117-135, 2018.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 07 jun. 2023.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm. Acesso em: 07 jun. 2023.

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**: 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 07 jun. 2023.

BRASIL. Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 07 jun. 2023.

CAIXETA, Bianca Aparecida dos Santos. **Movimento negro universitário: um olhar sobre afetos, trajetórias e a organização política dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília**. Monografia (Bacharelado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2016.

CALIL, Gilberto. **Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho**. Projeto História, São Paulo, n. 47, p. 377-403, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17155/14571>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. São Paulo: Feusp, 2005.

CAVALCANTI, Ana Claudia Dantas. **Movimento Ocupa em Pernambuco: por um diálogo estimulado na Educação**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1-21, 2019.

CARVALHO, José Jorge de. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro**. Revista USP. n. 68. p.88-103. dez/fev. 2006

COSTA, Lia Keller. **Os coletivos de estudantes negros/as das universidades públicas do estado do rio de janeiro e o combate ao racismo epistemológico**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - UENF, Campos dos Goytacazes, 2021.

DORALI, Ivana; FERREIRA, Elen. **Coletivos negros: o Luiza Mahin e as estratégias de sobrevivência e construção do saber no espaço acadêmico**. Anais do V Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão (Ceduce), Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/42387>. Acesso em: 19 jun. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. Brasília: INEP, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas>. Acesso em: 07 jun. 2023.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. São Paulo: Penso Editora, 2014.

OLIVEIRA, Guilherme Santos. **Coletivos de estudantes negros no ensino superior brasileiro: políticas da diversidade e organização política estudantil**. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

RATTS, Alecsandro (Alex) José Prudêncio. **Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica.** *Nguzu: revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos*, Londrina, v. 1, p. 28-39, 2011.

RIZZO, Tamiris; FONSECA, Alexandre. **Do estar à deriva ao aquilombamento: territorialidade e produção de saberes de coletivos negros da UFRJ.** *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 17, e20169, p. 1-27, 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 19 maio. 2023.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SIMÕES, C.F. **Da democratização do acesso ao desafio da permanência: a experiência dos cotistas sociais do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense – ESR/UFF.** Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - UENF, Campos dos Goytacazes, 2018.

TRINDADE, L. R. da. **Fortalecendo os fios: a emergência dos coletivos de estudantes negros e negras em universidades da região sudeste.** Tese de Doutorado, 2021.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história.** Tradução: Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016. 272p.

SANTOS, Joel Rufino. **Movimento negro e crise brasileira.** In: SANTOS, Joel Rufino; BARBOSA, Wilson do Nascimento (org.). *Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras.* Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1994.

Recebido em 01 de março de 2023.

Aceito em 23 de maio de 2023.